

CONQUISTAS, TERRA DE COMIDA E MINAS DA AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULOS XVII E XVIII

CONQUESTS, FOOD AND MINE LANDS OF PORTUGUESE AMERICA, BETWEEN THE SEVENTEENTH AND EIGHTEENTH CENTURIES



<https://doi.org/10.22228/rtf.v18i1.1407>

Francisco Andrade



Universidade Federal de Ouro Preto



Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9253-5226>



E-mail: francisco.andrade@ufop.edu.br

Resumo: Este estudo aborda as práticas de invasão e conquista dos territórios indígenas e dos descobrimentos de minas, no interior do Estado do Brasil, avaliando as táticas de abastecimento dos alimentos necessários ao sustento das tropas de exploração. Consideramos as mudanças das estratégias das explorações sertanistas, na segunda metade do século XVII, as quais correspondiam aos arbítrios ou aos planos governamentais de colonização articulados à expansão do império atlântico português. Tratava-se de formar ou configurar uma nova territorialidade – cartografada, efeito do povoamento colonial, da escravização e do domínio político-administrativo. Nesse contexto, os conquistadores-descobridores visavam à constituição de arraiais militares e de abastecimento das munições de boca, pontos estratégicos a partir dos quais se dispuseram, ou se instituíram, os territórios minerários.

Palavras-chaves: mantimentos, descobrimentos, mineração.

Abstract: This study addresses the practices of invasion and conquests of indigenous territories and discovery of mines within the State of Brazil, evaluating the tactics for food supply needed to sustain exploration troops. We consider the strategy changes of sertanista explorations in the second half of the 17th century, which corresponded to proposals or governmental colonization plans linked to the Portuguese Atlantic empire expansion. The aim was to form or develop a new territoriality - mapped out, resulting from colonial settlement, enslavement, and political-administrative dominance. In this context, the conqueror-discovers aimed at the establishment of military camps and ammunition supply, strategic points from which mining territories were established.

Keywords: food, discoveries, mining.

1. Arbítrios e territorialidade colonial

Na colonização portuguesa de Antigo Regime, a prática política dos sujeitos experientes podia expressar-se por meio de arbítrios (ou alvitres), que eram propostas de

ações do governo ou projetos de reforma institucional. Forma de aconselhamento crítico à Coroa, o arbitramento disseminou-se entre os agentes políticos, desde o início do século XVII, estabelecendo uma forma de discurso (ou gênero textual) que se integra tanto à prática peticionária dos indivíduos e grupos, comumente em disputa por mercês e reconhecimento, quanto às instruções ou regimentos de governo.¹ Nesses arbítrios ou planos de ação – isto é, agenciamentos estratégicos –, conforme ensinamentos convencionais, supunha-se que a experiência era a principal conselheira do sujeito prudente, aquele que sempre julgava as ações próprias e alheias.² Por isso, a perspectiva *arbitrista* era a representação da experiência específica de um agente em confronto com a tradição dos usos, que, por outro lado, instigava e fornecia as balizas legítimas das experiências pessoais, familiares e comunitárias. Com efeito, a falta de prática implicada na visão inexperiente tornava-se um obstáculo, a rigor intransponível, ao acolhimento régio ou estatal de proposições de estratégias que forjassem os circuitos políticos e econômicos do Império.

Na América portuguesa dos séculos XVII e XVIII – particularmente, no Estado do Brasil –, os arbítrios de uma territorialidade que não se reduzisse à dominação costeira ou às noções de um interior como fronteira e, ainda, que confrontasse a tradição das entradas de exploração dos sertões articularam-se a planos de descobrimentos de minerais preciosos. As propostas de territorialização interior, ao longo dos Seiscentos, supunham que não bastavam a precária sobrevivência sertanista de guerra ou as incursões periódicas de extração de metais preciosos.³ Os agentes coloniais e as autoridades régias, considerando as estratégias territoriais inscritas nos arbítrios, relatos e roteiros, conceberam uma política de limites e de posses e a extensão contínua da demarcação territorial, impulsionadas pelas Minas no século XVIII.

¹ Diogo Ramada Curto concluiu que “a emergência de uma literatura de arbítrios e de advertências representa algo de novo nos circuitos de comunicação e nas esferas de representação política, apontando muito mais para a modernização das estruturas do Estado e do Império [...]. Simultaneamente, os que se dedicam à escrita desses mesmos arbítrios não podem ser reduzidos nem ao estatuto das letras nem ao das armas, mas extravasam estas categorias – reclamando para si e para os grupos com os quais se identificavam um direito de se fazer ouvir e representar”. CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 187-188.

² ROQUETE, J. I. *Leal Conselheiro a qual fez D. Duarte*. Paris: J. P. Aillaud, 1854, p. 46. O manuscrito data do século XV. No seu dicionário, Bluteau indicou os atributos convencionais da experiência: “é filha natural do tempo, e mãe dos bons conselhos: é a guia do entendimento, a regra da vontade, a alma da prudência”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, v. 3, p. 391.

³ Pressupõe-se que a territorialidade expressa a natureza ambiental, cultural e social do espaço vivido. A territorialidade colonial desdobrou-se na territorialização dos agentes condicionados pelos poderes políticos do Estado. A noção de territorialização da abordagem de João Pacheco de Oliveira, “processo de reorganização social”, elucida suas dimensões. Trata-se, em linhas gerais, de reconfiguração sociocultural e identidade étnica, criação de mecanismos políticos e, finalmente, controle e redistribuição de poder e de recursos. OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. Cf. BONNEMAISON, Joël. Voyage autour du territoire. *L'Espace géographique*, tomo 10, n. 4, p. 249-262, 1981.

Um desses dispositivos práticos que se tornou, conforme os agentes experientes, estrutural para a economia minerária foram as roças de abastecimento, fundamento das povoações no âmbito das lavras de ouro e das pedras preciosas. O problema do plano colonial de mineração, portanto, não era mais propriamente a descoberta das jazidas minerais nos sertões, mas o processo econômico da extração (a *exploração*, para usar um termo específico e técnico), o qual dependia de uma subsistência regular e previsível dos trabalhadores e exploradores, condição anterior e indispensável à própria mineração. Os conquistadores e descobridores operavam um repertório de subsistência, nas suas jornadas, resultante das apropriações dos usos indígenas, desde a coleta e caça até a armazenagem e plantio de grãos. Todavia, revendo as observações historiográficas e as descrições documentais (a partir do último terço dos Seiscentos), sobreleva-se, distinguindo-se da perspectiva convencional, a territorialidade agrária – e pastoril – das minas de ouro, que constituem um espaço de povoamento, diga-se, *agrominerário*. Então, o que fora tático – roças que se ancoravam na subsistência da mobilidade –, tornou-se estratégico – cultivos de abastecimento do arraial –, sendo o fundamento da economia minerária e da extensão interior do domínio político-administrativo e militar.

Principalmente Sérgio Buarque de Holanda observou essas práticas de exploração territorial dos sertanistas paulistas, em geral mestiços, que criavam modos de adaptação e sobrevivência nos sertões – espaços trilhados e ocupados pelos indígenas e *horizontes* de novas apropriações de recursos econômicos –, tomavam ou forjavam caminhos e concebiam as fronteiras dos territórios coloniais.⁴ Segundo o estudioso, os descobrimentos auríferos a Oeste da capitania de São Paulo, no século XVIII, deram origem às *monções* de povoado, expedições mercantis realizadas por meio de canoas que navegavam os rios do planalto central. Essas monções evitavam as rústicas picadas e os caminhos terrestres de apresamento indígena, comuns no século anterior,⁵ e refletiam a necessidade de trânsito regular, ligado às demandas de abastecimento e ao incipiente povoamento da fronteira. Sendo consequência dos descobrimentos auríferos – que se imaginava serem constituídos de veios rochosos –, os tratos das monções indicavam as mudanças das práticas de

⁴ Considerando a adaptação e flexibilidade cultural do sertanista vicentino ou paulista, Sérgio Buarque de Holanda concluiu: “o simples recurso às rudes vias de comunicação, abertas pelos naturais do país [indígenas], já exige uma penosa aprendizagem, que servirá, por si só, para reagir sobre os hábitos do europeu e de seus descendentes mais próximos. A capacidade de resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço; o senso topográfico levado a extremos; a familiaridade quase instintiva com a natureza agreste, sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis, são algumas das imposições feitas aos caminheiros, nessas veredas estreitas e rudimentares”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 16-17.

⁵ TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, v. 2, p. 315; HOLANDA, Sérgio Buarque, *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 113-114.

exploração e os influxos da territorialidade em conexão com o império e mercado atlânticos.

Todavia, os relatos coevos sobre as monções das minas de Cuiabá e de Mato Grosso, especialmente os apreendidos nas obras de Taunay e de Holanda, indicam que as roças (isto é, os cultivos e os fornecimentos de mantimentos usuais, como farinha de milho, fubá, feijão etc.) ao longo do trajeto ainda eram bastante escassas, a não ser em um necessário varadouro (passagem terrestre de um rio a outro), situado no “meio da rota” e nos limites e próximo aos povoados de mineiros. O incremento dessas plantações de caminho dependia do trânsito mais demorado, da segurança e da necessidade premente de abastecimento dos viajantes. As roças de subsistência regular tendiam a ser mais duradouras em passagens estratégicas, que retardavam o deslocamento, e nas áreas vinculadas à povoação minerária.⁶ A suposição, nesse sentido, é de que tais paragens ou passagens não representavam “nós”, lugares de condensação do poder e das relações sociais da “tessitura” territorial, mas somente pontos da dispersão do espaço interior que se delimitaria com o advento do mercado das minas.⁷ As descrições convencionais, portanto, observando o aprovisionamento das frotas monçoeiras nas praças de origem e o abastecimento restrito do percurso fluvial, apreenderam o território dos fluxos mercantis ancorados na extração aurífera, embora se tenha compreendido que as roças de abastecimento mais expressivas, nos lugares estratégicos da rota dessas minas, promoveram a fixação que relativamente demarcou o trajeto de conexão colonial dos territórios.⁸

As armações bandeiristas do século XVII, expedições terrestres de agenciamento das fronteiras coloniais do Estado do Brasil, foram diferentes das monções quanto aos provimentos de víveres, pois os agentes dessas primeiras (paulistas, mamelucos, indígenas), associados ao negócio mercantil do apresamento indígena, dependiam de uma subsistência de oportunidade na extensão e continuidade do território rastreado: o consumo das *iguarias* dos sertões (frutas, raízes, peixes, certos répteis, anfíbios, mamíferos, insetos e larvas), a apropriação dos víveres dos nativos ou, ainda, o plantio

⁶ *Ibidem*, p. 75-104. Especialmente, no varadouro do Camapoã, que era uma travessia terrestre de passagem do rio Pardo para o Camapoã, devido às dificuldades e à demora do transporte das cargas, prolongava-se a estadia dos viajantes, o que pressionava a oferta local de comestíveis, acentuava a carestia e estimulava os plantios de gêneros de alimentação da gente da monção. Cf. “Noticia Sexta Practica [...]”. In: SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm: estudo da trajetória histórica e edição das Noticias Practicas das Minas do Cuyabá, e Guyazes na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI)*. São Paulo: FFLCH - USP, 2021, p. 308. Cf. TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Relatos monçoeiros*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 106-107.

⁷ Basicamente, “tessitura”, na acepção que se apresenta na análise de Raffestin, constitui os códigos e as práticas de produção do território. RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 150-151.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 59.

tático de pequenas roças.⁹ Contudo, nesse rol de alimentos das jornadas imprevistas ou das fronteiras, nem os comestíveis oriundos da coleta, da caça e da pesca (por mais exóticos ou até repugnantes que fossem para o gosto reinol) podem ser atribuídos simplesmente à penúria ou ao desespero da fome de quem se aventurava nos sertões. Presume-se que essa fosse a dieta costumeira própria da sobrevivência no percurso, servindo, ainda, ao gosto dos sertanejos e cativos indígenas que costumavam complementar a ração proveniente das matalotagens ou das roças de jornada.¹⁰

Na capitania de Minas Gerais, os caminhos dos descobrimentos de ouro ou de pedrarias ajustaram-se e aprimoraram-se, incorporando atalhos e paragens de tratos e de aprovisionamento, seguindo os roteiros da mobilidade pedestre bandeirista (visando à repressão e ao apresamento indígenas). Os descobertos e a suposta extração de minas impuseram a seus agentes estenderem a duração da conquista – daí a demorada preocupação com víveres – e guardarem os postos avançados por meio de arraiais ou de pousos das tropas de fronteira. As jornadas terrestres dos sertões e do interior fronteiriço pouco trilhado ou montanhoso constrangiam mais (sobretudo quando não se podia dispor de mulas e cavalos) as carregações de suprimentos ou as matalotagens. Os sertanistas (de cativadores de índios a descobridores), assim como as autoridades coloniais, compreendiam, entre os séculos XVI e XVIII, que a eficácia das conquistas, resultando nos ganhos da *armação/comitiva* da entrada, devia equacionar, acima de tudo, as dificuldades de subsistência e os problemas de provisão de mantimentos (munições de boca).¹¹ Foi o que fizeram os exploradores do planalto paulista, quando ensaiaram descobrir ouro nos ribeiros dos sertões dos Cataguases, conforme um sertanista: “depois de passados seis meses em montaria [escalando na entrada sertanista], já no ano de 1698, colhendo mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências, e achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo e às vilas [...]”.¹² Plantavam milho e feijão nas roças, e esses constituíam os mantimentos básicos da alimentação dos exploradores *paulistas* (gentílico atribuído geralmente aos moradores das vilas do planalto de Piratininga) dos sertões do sul, entre os séculos XVII e XVIII.¹³

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 55-59.

¹⁰ ANDRADE, Francisco Eduardo de. Dos mantimentos às bateias mais ricas que há nas Minas: distinção do gosto na urbe setecentista. *Minas Gerais, Patrimônio e Memória*, v. 15, n. 1, 2019, p. 93-99.

¹¹ Os mantimentos integravam as munições básicas de um exército em campanha, assim como as munições de guerra: “Todo o gênero de armas defensivas, e ofensivas para resistir ao inimigo”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716, v. 5, p. 638.

¹² CÓDICE Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 171.

¹³ *Ibidem*, p. 180. De acordo com Taunay, a mais antiga designação de *paulista* que encontrou na documentação data de 1671. Generalizou-se a partir do último terço dos Seiscentos. TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras*

Os cultivos de roças, assim, conforme os arbítrios e relatos dos descobrimentos de minerais preciosos, não constituíam, somente, agenciamentos adicionais que se impunham por causa da mobilidade dos conquistadores ou do esforço de guerra da escravização dos indígenas: no contexto dos roteiros terrestres (que não eram somente rastreios), sobretudo, tornaram-se o *modus operandi* incontornável da duração de posses e caminhos dos territórios interiores.¹⁴ Nesse caso, já sinalizavam expectativas difusas de um povoamento.

2. Cativoiro indígena e munições de boca

Nas guerras de conquista ou de escravização de grupos indígenas, os senhores ou os moradores dos povoados costeiros costumavam planejar as carregações de mantimentos para a sustentação das bandeiras, ainda que houvesse provisão de comida dos próprios sertões. Os mantimentos, como milho, farinhas e feijão, especialmente, determinavam a duração, os planos da mobilidade e os impulsos da jornada dos exploradores dos territórios indígenas. Na viagem jesuítica de exploração do rio Paraguai, em 1703, os agentes, acostumados à falta de provisão de alimentos suficientes, sobretudo quando em trânsito, ficaram preocupados com a duração da entrada (que aumentaria no percurso por terra) e determinaram não consumir o “grano”: “neste meio tempo, se suspendesse dar ração de grão à gente, mas que esta mariscasse e com pesca, com caça, com *bocayas* [cocos], mel e outras frutas que oferecia o posto onde estávamos” e “se mantivessem reservando [...] o grão para a volta”.¹⁵ Mas as bandeiras sertanistas do planalto de São Paulo, conforme a síntese de Capistrano de Abreu, eram marcadas por uma dimensão guerreira e predadora, de sorte que carregavam “pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos”. Ademais, levavam “poucos mantimentos”, então praticavam saquear as roças indígenas.¹⁶

paulistas. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953, v. 2, p. 310. Seu uso comum procura distingui-los dos outros moradores coloniais, convertendo-os em agentes de jornadas, no interior da América, e da conquista e do apresamento de índios.

¹⁴ Cf. SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 47-48. KOK, Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2004, p. 85-86.

¹⁵ “Relação duma viagem de exploração no rio Paraguai com o fim de estabelecer ligação com as missões dos chiquito pelo padre Bartolomeu Ximenez. 1703”. In: CORTESÃO, Jaime (org). *Antecedentes do tratado de Madri*. Jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, v. 6, p. 44. Tradução nossa.

¹⁶ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Impressores M. Orosco e C., 1907, p. 100. Cf. ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1930, p. 65.

No início dos Seiscentos, foi observado que a bandeira de apresamento, valendo-se de artimanhas ou de violências, constituía-se de “intérpretes” e outras pessoas, alcançando 50 ou 60 sujeitos armados, entre os quais estavam muitos arqueiros índios livres e cativos, que carregavam os “seus fardos de resgate e as provisões”.¹⁷ Consta, em um arbítrio do final do mesmo século, que os paulistas conseguiriam a conquista do “gentio bravo” (tapuias), “porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente, sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos”.¹⁸ As táticas de guerrilhas, ações improvisadas e proveitos fortuitos efetivamente não deviam favorecer a conservação de roças em campanha. Por isso, quando saíam dos povoados com destino aos sertões, as tropas de entrada ou as bandeiras levavam suas munições de boca, que, para Alcântara Machado, estudioso dos inventários *post-mortem* e dos testamentos de paulistas dos séculos XVI e XVII, reduziam-se a “canudos ou cabaças de sal e pães de *farinha de guerra*”.¹⁹ A farinha de guerra (de mandioca), indígena, seria assim chamada “pela sua língua” porque era a provisão desses indivíduos quando se deslocavam para guerrear com os seus inimigos.²⁰ Machado justificou a parcimônia desses fardos, embora se suponha que fossem indispensáveis as rações de gêneros de mantimentos que garantiam alguma saciedade:

Por que aumentar a carga com mantimentos, se aí estão os rios abundantes em peixes, as matas e os campos povoados de caças, as frutas silvestres, o mel, o pinhão, o palmito, as roças que os índios espavoridos abandonam, as plantações que assinalam as etapas das entradas precedentes?²¹

Com efeito, os sertanistas experientes, usualmente, ainda rumavam para as roças indígenas e as suas aldeias, onde poderiam renovar o abastecimento. No memorial destinado ao rei espanhol, elaborado em 1644, o jesuíta Montoya descreveu que as tropas de *portugueses de São Paulo*, compunham-se de “hombres mosqueteros con cuatro mil y más indios flecheros”, que “por aquellos campos” marcham “con mucho orden de guerra, en que están muy ejercitados”. Hábeis em “andar á pie y descalzos [...], caminan por aquellas tierras, montes y valles, sin ningún estorbo”, sem “que jamás les falte la comida,

¹⁷ *A treatise of Brazil*. cf. PURCHAS, Samuel. *Hakluytus Posthumus or Purchas his pilgrimes*. Glasgow: James MacLehose and Sons, 1906, v. 16, p. 507.

¹⁸ Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 25, 1862, p. 473. Esse arbítrio corroborou a conclusão de Capistrano de Abreu, para quem os paulistas, desviando-se do papel de “bandeirantes” despovoadores, que fora comum na primeira metade dos Seiscentos, tornaram-se “conquistadores” (e fazendeiros) no final do século. Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Impresores M. Orosco e C., 1907, p. 109.

¹⁹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. 237-238.

²⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignacio da Silva, 1879, p. 158.

²¹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 238.

porque saben coger el tiempo en que los piñones están sazonados y los parajes donde han de hacer provisión: saben las poblaciones de los gentiles, de cuyas labranzas se sustentan y previenen para adelante”. Além de mantimentos básicos (milho, mandioca, batata, pinhão ou farinhas) – comida de saciedade e de nutrição do corpo –, esses homens obtinham gulodices. Regalavam-se com o mel silvestre que os “tupis”, integrados a essas companhias de guerra, coletavam com presteza.²²

Considerando que a mobilidade astuciosa era uma condição do sucesso guerreiro dos sertanistas, os arraiais, as aldeias e as sementeiras – usurpadas ou próprias – estavam condicionados pelo ritmo apressado de suas jornadas. Esse ritmo era determinado tanto pelas perspectivas de riscos – que exigiam equilíbrio entre embates, subsistência e proveitos – quanto pelas táticas de ocasião das guerras *brasílicas* nos sertões. Contudo, a dominação territorial, durante ao longo do século XVII e no XVIII, dependia da adaptabilidade dos conquistadores aos sertões, pois tratava-se de conceber um ritmo de entrada e de retirada compatível com a realização dos planos estratégicos. Essa, conforme juízo que se tornou corrente entre as autoridades da Coroa portuguesa, seria uma habilidade praticamente exclusiva dos sertanistas paulistas, “porque só esta gente, costumada a viver naquelas campanhas [de guerra ao gentio bárbaro e aos palmaristas], e a sustentar-se dos agrestes frutos que elas produzem, pode penetrá-las e assistir nelas todo o tempo, que é necessário para totalmente as deixar livres dos inimigos”. Quanto aos “soldados das praças [...] apenas podem chegar a estes sítios com os poucos mantimentos, que consigam levam a partes tão distantes”; assim, a soldadesca oriunda das urbes costeiras “não pode demorar-se por falta deles, voltando-se sem conclusão alguma”.²³

O plantio de grãos (milho, feijão), assim como a pilhagem das colheitas dos nativos inimigos, constituía a estratégia de reconhecimento/descobrimento de territórios e de conquista dos indígenas inimigos ou dos amocambados. Nas guerras dos sertões da América portuguesa, o saque das colheitas dos inimigos tornou-se uma tática usual. Além de compensar os prejuízos sofridos

²² “Memorial del P. Antonio Ruiz de Montoya”. In: HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesus*. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1913, p. 634.

²³ [Informação de Estevão Ribeiro Baião Parente]. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Pernambuco, cx. 17, doc. 1674, consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II [...], 27 de janeiro de 1695. Nas citações dos manuscritos de arquivos, atualizamos a grafia e desdobramos as abreviaturas. Domingos Jorge Velho, comandante paulista da guerra dos Palmares, na conhecida carta que escreveu ao rei em 1694, procurou definir os agrupamentos armados sertanistas, distinguindo-os das formações militares convencionais da monarquia lusa: “nossas tropas com que imos à conquista do gentio brabo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade nem obrigada por soldo, nem por pão de munição [mantimentos]; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos imos ao sertão desta continente não a cativar [...] senão adquirir o tapuia gentio brabo e comedor da carne humana [...] para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade, e humana sociedade à associação racional trato [...]”. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Pernambuco, cx. 17, doc. 1674, consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II [...], 27 de janeiro de 1695. Cf. ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Subsídios para a sua história. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 205.

pelas tropas invasoras, ele visava a aplacar as fomes dos invasores e a impor uma violenta penúria aos inimigos (cuja vulnerabilidade tornava-se significativa quando, na aldeia ou no mocambo, esses se reuniam em comunidades, que incluíam mulheres e crianças). O terço paulista, atuando na guerra dos bárbaros do Açu (ou *Assú*), Piranhas e Rio Grande – no nordeste do Estado do Brasil –, adotou como tática fazer “pilhagens das criações desse gentio levantado”. Essa prática de destruição dos meios de subsistência das comunidades indígenas, denunciada pelos jesuítas, foi justificada, pelos expedicionários, sob a alegação de que supriria parte dos prejuízos resultantes das mortes dos escravos armados da expedição.²⁴

Com efeito, além de compensação do custeio das armações, nos séculos XVII e XVIII, a destruição das sementeiras indígenas e dos negros amocambados era uma tática costumeira e era utilizada para enfraquecer a resistência da gente insubmissa dos sertões – caso, por exemplo, de Palmares. Francisco de Brito Freire, que fora militar da guerra de restauração e governador de Pernambuco, reconheceu a habilidade dos escravos que fugiam para os Palmares (em 1634): “copiosos de arvoredos e fecundos de novidades [colheitas]; a que juntando-se o trabalho, e indústria dos negros, nas plantas que lavram, e nas feras que caçam, abundam de sustento em todo o ano”.²⁵ Por sua vez, o pároco Antônio da Silva, em 1678, afirmou que os amocambados, “singularmente prevenidos, plantam todos os legumes da terra, de cujos frutos reservam providamente celeiros para o tempo das guerras e do inverno [período chuvoso]”. Mencionou também informações acerca do mantimento básico e dos condutos da comida: “o seu principal sustento é o milho grosso, dele fazem várias iguarias. As caças os ajudam muito, porque são aqueles matos delas abundantes”.²⁶ Eram evidentes, nas guerras brásílicas e na repressão aos mocambos palmaristas, a necessidade de suprimir a (re)produção rebelde dos meios de vida e, ao mesmo tempo, a dificuldade de impedir, de modo duradouro, a retomada de uma obstinada subsistência coletiva.²⁷

Nos sertões das explorações bandeiristas e no sul da América portuguesa, a inimizade e as resistências aos tratos com os invasores acarretavam invariavelmente a pilhagem das colheitas dos nativos. Os aldeamentos dirigidos pelos inácianos espanhóis,

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Pernambuco, cx. 18, doc. 1746, consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II [...], 13 de janeiro de 1698.

²⁵ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, história da guerra brásílica*. Década primeira. Lisboa: Oficina de João Galram, 1675, p. 281.

²⁶ Relação da ruína dos Palmares – o manuscrito de Évora. In: LARA, Silvia Hunold, FACHIN, Phablo Roberto Marchis (org.). *Guerra contra Palmares: o manuscrito de 1678*. São Paulo: Chão Editora, 2021, p. 117.

²⁷ LARA, Silvia Hunold. *Palmares e Cucaú: o aprendizado da dominação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022, p. 68. Os negros dos mocambos de Palmares, além de manterem canaviais, pacovais e palmeirais, plantaram milho, feijão, favas, mandioca, amendoim, batata, cará, abóbora, inhame, bananas e ananazes. Cultivaram também algodão, tabaco e mesmo arroz. Consta que ainda criaram galinhas e porcos. Cf. Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. 10, p. 87-96, 1902. CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 21.

especialmente na primeira metade do século XVII, opondo-se a qualquer alegação de resgates do gentio ou de infiéis (indígenas não convertidos ao catolicismo ou renegados), foram duramente atacados. Em uma expedição de cativo do gentio, no sertão dos aldeamentos jesuítas do Guará, os paulistas sertanistas “examinaron en la doctrina” os indígenas que encontraram no rio, sob orientação talvez do capelão da tropa. Os que se mostraram, na sondagem, verdadeiros cristãos, foram deixados livres e ainda voltaram ao aldeamento trazendo cunhas e anzóis oferecidos pelos apressadores – talvez porque desempenharam algum papel no pretendido resgate de infiéis e neófitos –, mas outros que se supunha serem infiéis foram aprisionados.²⁸ Anos depois, em 1636, em outra expedição de apresamento, nos sertões das reduções inacianas do rio Uruguai, o capitão dos “portugueses de S. Pablo” e dos “índios tupis brasileiros” (e, ainda, dos índios do caminho agregados à força ou por vontade), Antônio Raposo Tavares, aproximando-se do povoado jesuíta, enviou, por meio de um índio, uma carta aos missionários. A carta, ou requerimento, considerada “libre y descomedida”, dizia, no fim, que “venia por comida para su exercito; q. le recibiesen de paz”. Os jesuítas não responderam. O capitão dos paulistas, então, ordenou que seu “exercito com caja y trompeta de guerra y vanderá tendida a fuer de guerra” invadissem e ocupassem o aldeamento. O padre Diego de Boroa descreveu a acometida violenta em represália. Os invasores incendiaram a igreja e a casa dos missionários, mataram defensores, aprisionaram *muitos* homens e mulheres, roubaram as joias dos padres, abriram uma caixa (ou uma arca), apossaram-se de documentos (“y uno de mucha importancia”) e, por fim, despedaçaram o livro de batismo e de casamentos, embora depois tenham devolvido alguns registros. Em outra redução, os “portugueses e tupis le yvan rrobando la gente y las chacaras [sementeiras indígenas] y matando unas vaquillas q. tenia”. Na redução de Santa Ana, onde os aldeados permaneceram, “al amor de sus chacaras y comidas”, o exército bandeirista assaltou e ocupou o povoado, “captivando mucha jente de aquellas chacaras y haciendose senhor de las comidas”.²⁹

Essa ofensiva cruel e devastadora correspondia à conquista guerreira dos inimigos, infiéis e rebelados ocupantes dos sertões e fronteiras. Assim, conformando-se às estratégias de lucros das bandeiras de exploração ou de resgate/cativo dos índios, nem

²⁸ “Carta ânua do padre Antonio Ruiz, superior da missão do Guará, dirigida em 1628 ao padre Nicolau Duran, provincial da Companhia de Jesus, Manuscritos da Coleção De Angelis”. In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guará (1594-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, v. 1, p. 271.

²⁹ “Carta do Padre Diogo [sic] de Boroa ao Geral da Companhia, em que se propõe falar das faltas de alguns padres, do miserável estado das reduções e do remédio para evitar maiores danos, Manuscritos da Coleção De Angelis”. In: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, v. 3, p. 154-156.

sempre se planejou pilhar as roças ou roubar as colheitas. Se houvesse negociações e alianças de amizade e de parentesco – de cunhadio ou de compadrio, segundo Jaime Cortesão – entre os indígenas e os sertanistas, aqueles podiam fornecer a estes certos gêneros comestíveis em atenção às trocas e aos pretendidos resgates.³⁰ Cortesão citou o relato atribuído ao padre José Anchieta (segunda metade do século XVI) para salientar o papel do cunhadio nessas alianças entre os moradores coloniais e os indígenas – especialmente os que integravam as culturas tupi-guarani –, habitantes dos territórios costeiros e do interior do Brasil.³¹ De acordo com o relato, foi uma prática usual entre “os tamoio e temiminô do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, os tupi de São Vicente, os tupinambá da Bahia, e finalmente, todos os da costa e sertão do Brasil”.³² Os “pais e irmãos” indígenas costumavam oferecer aos “portugueses”, “quando iam a resgatar às suas terras”, as índias para que fossem suas mulheres. Os portugueses “as tinham por mancebas contudo as tinham de praça [conhecidas publicamente] nas aldeias dos índios, ou fora delas, com mulher, filhos e filhas”. Os portugueses assim unidos às índias tornavam-se “genros”, chamando “aos pais e mães delas sogros e sogras, e aos irmãos cunhados, e lhes davam resgates, ferramentas, roupas, etc., como a tais, como os índios a quem chamam genros lhes vão a roçar e a pescar algumas vezes”.³³ O testemunho é significativo quanto aos tratos benéficos de parentes. Os índios aliados e aparentados tornavam-se agentes valiosos de apoio às jornadas de exploração, porque, além de participarem das tropas de guerra, podiam conceder provisões aos sertanistas ou partilhar com estes os víveres das roças. Nas entradas para os sertões, sendo primordial e mesmo estratégica a previsão de

³⁰ Cf. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, FUNDAP, 2012, p. 62-70.

³¹ Sobre as famílias e os troncos linguísticos indígenas do Brasil desde o período colonial, cf. RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

³² Anchieta, em 1584, observou que “todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 léguas [pouco mais de 1300 km] pelo sertão, e os mesmos carijós que pelo sertão chegam até às serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para a sua conversão. Entre eles pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios chamam tapuias, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra. Destes tapuias foi antigamente povoada esta costa [...]; mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os índios [tupis e carijós ou guaranis] da costa e do sertão. Estes, posto que têm alguma maneira de aldeias e roçarias de mantimentos, é contudo muito menos do que os [outros] índios e o principal de sua vida é manterem-se de caça e por isso têm uma natureza tão inquieta que nunca podem estar muito tempo num lugar, que é o principal impedimento para a sua conversão, porque *alioquin* é gente bem inclinada e muitas nações deles não comem carne humana e mostram-se muito amigos dos portugueses, dizendo que são seus parentes e por meio deles tem pazes com os índios que tratam com eles, de que antes eram inimigos. “Informação do Brasil e de suas capitânias – 1584”. In: ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 302. Cf. MONTEIRO, John M. The heathen castes of sixteenth-century Portuguese America: unity, diversity, and the invention of the brazilian indians. *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 697-719, 2000.

³³ “Informação dos casamentos dos índios do Brasil”. In: ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 450-451. Disponível em: <https://purl.pt/33357>. Acesso em: 15 set. 2024.

abastecimento de comida, devia-se, nos trajetos, considerar a localização dos grupos indígenas aliados e amigos (ou com imaginada disposição para os tratos) que poderiam favorecer tais empresas ou, ao menos, atenuar os riscos de fracassos. Sobretudo nos caminhos de circuito dos inimigos tapuias (que constituiriam, grosso modo, o tronco Macro-Jê)³⁴, os planos concretos das expedições, a partir de experiências de ajuda dos nativos amigos, significavam melhores chances de subsistência (ou mesmo a sobrevivência) dos bandeiristas e de ocupação dos territórios costumeiramente hostis.

Na América portuguesa, a roça de milho – com um ciclo relativamente curto, de até sete meses entre o plantio e a colheita, conforme as condições sazonais: da invernada no Norte ao período entre o fim da estação seca e o término da estação chuvosa nas capitanias do Sul (isto é, entre setembro e abril)³⁵ –, atendia ao abastecimento mais imediato, ligeiro, das tropas volantes, mobilizadas sob expectativas de “emboscadas e assaltos”. Por isso, era característica das estâncias ou arraiais de itinerância, inseridos nos territórios de exploração.³⁶ Holanda comparou, quanto aos condicionantes das jornadas sertanistas, o milho à mandioca. O milho, “grão indígena”, ainda podia ser carregado “a distâncias consideráveis, em grãos, que tomavam pouco espaço para o transporte, oferecia a vantagem de já começar a produzir cinco e seis meses ou menos depois da sementeira”. Já a mandioca, na forma de farinha ou de *pão*, outro mantimento básico dos moradores do litoral e dos sertões, sobretudo no Norte, afetava, mais do que os grãos, a economia da matalotagem. As suas ramas “ocupariam demasiado espaço nas bagagens” e tendiam a perder “muito rapidamente o poder germinativo”. Ademais, o ciclo demorava; devia-se “esperar, no mínimo, um ano, geralmente muito mais, para a obtenção de colheitas satisfatórias”.³⁷

Não devia ser fácil vigiar caminhos, prevenir ou rebater assaltos, promover ofensivas, que eram as práticas do exercício de guerra/guerrilha, e, ao mesmo tempo, manter ocupação de trabalhador de roça e coletor. Desviar um explorador armado ou um

³⁴ RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Loyola: São Paulo, 1986, p. 47-56.

³⁵ Segundo o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, no centro da província de Minas Gerais, o ciclo entre a semeadura e a colheita do milho era de sete a oito meses. Na mesma roça, em fins de janeiro, costumava-se plantar o feijão. Colhiam-se os dois gêneros juntamente, por volta de abril, ou no intervalo de poucos dias. No entanto, Spix e Martius observaram, nos territórios florestais mais próximos da costa, que o milho “plantado no princípio das águas, ao cabo de quatro ou cinco meses é colhido”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris: Grimbert et Dorez Libraires, 1830, v. 1, p. 233-234. SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017, v. 1, p. 126.

³⁶ A respeito do papel tático das guerras volantes ou brasílicas, cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 318-380. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 186-202. FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, história da guerra brasílica*. Década primeira. Lisboa: Oficina de João Galram, 1675, p. 185.

³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 186.

soldado para outro trabalho, nas situações de confrontação, era uma decisão arriscada, senão impossível, apesar das fomes. No cerco ao mocambo de *Zumbi*, nos Palmares, o mestre de campo do terço dos paulistas, Domingos Jorge Velho, bem como seus cabos e comandados, apesar de famintos, sustentavam-se “com raízes de coroa-tá [ou gravatá], e outras agrestes, assim brancos, como gentio, sem outro mantimento algum”. O mantimento insuficiente, rústico, com o qual “enganavam mal a fome lhes era tanto mais desabrido quanto era comido à vista das farturas do bom que se mandava aos auxiliares [milícias]”, o que fez aumentar o ressentimento dos paulistas.³⁸

Em ambiente favorável e nas ocasiões de trégua, havia persistência em manter os cultivos de abastecimento de viajantes e exploradores, especialmente nas passagens estratégicas dos trajetos. No entanto, os trabalhadores receavam constantemente os assaltos dos índios inimigos. Foi observado, em 1727, durante o percurso da viagem às minas do Cuiabá, que dois “pobres roceiros” produtores de milho e feijão (e criadores de galinha, porcos e cabras), situados na altura do riacho de Camapuã, “vivem como em um presídio com as armas sempre nas mãos: para irem buscar água, não obstante o terem-na perto, vão sempre com guardas; no roçar, plantar, e colher os mantimentos levam sempre todos armas”. Havia vigias e trabalhadores, mas esses estavam “sempre com as espingardas à mão”. Uma das roças parecia um sítio militar, “cercada toda de uma boa estacada”.³⁹

Além dos esforços custosos de vigilância, que prejudicavam a reprodução dos trabalhos agrários, o ciclo do plantio de grãos não correspondia, muitas vezes, ao ritmo das táticas de guerra. Impunha-se às tropas invasoras uma movimentação mais apressada e até sobressaltada, mormente nas suas retiradas, porque pretendiam reduzir as chances das reações ofensivas, como se praticou nas razias bandeiristas dos sertões das missões jesuíticas. Assim, obrigadas a manter constantemente a mobilização de guerra apesar das penúrias, essas tropas pilhavam as roças e as aldeias de indígenas que fossem hostis e resistentes às trocas de alianças, ou, então, sempre prevenindo-se de assaltos, consideravam caçar animais silvestres. Nesses casos, os bandeiristas e militares comumente mantinham consigo suas armas. Os agentes da tropa militar do sertão do Tibagi que percorreu, em 1771, o território do “gentio” de fala Jê (*xaclan/xuclan* ou

³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Pernambuco, cx. 18, doc. 1746, consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II [...], 13 de janeiro de 1698.

³⁹ “Noticia Primeyra Practica”. In: SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm: estudo da trajetória histórica e edição das Notícias Practicas das Minas do Cuyabá, e Guyazes Na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI)*. São Paulo: FFLCH - USP, 2021, p. 271. Atualizamos todas as citações dessa edição do original.

kaingang)⁴⁰, examinou as roças e os “ranchos” de habitação dos índios, onde (além de achar “outras cousas com que costumão fazer seus festejos”) “foi achado hum cirio [fardo ou cesto de formato cilíndrico] de milho branco, roxo, e amarelo todo poruruca [quebradiço]”, que teria “um bom alqueire [em torno de 30 quilos]⁴¹, do qual se remedeou a necessidade do cavallo cansado, e tambem a dos cavalleiros com piruás de milho torrado feito em huã panella do gentio”.⁴² Em seguida, “para melhor cautela”, alguns oficiais e “camaradas” foram “explorar os campos”, enquanto outros “camaradas” foram caçar. As caçadas correspondiam, como sabiam, à persistência das atitudes de tocaia e às constantes ofensivas dos assaltos.⁴³

Diversos grupos indígenas conservavam os víveres, guardando-os de maneira eficaz nas trilhas de mobilidade territorial e nos seus percursos de troca.⁴⁴ Na Amazônia (desde o período pré-colonial), por exemplo, havia grupos ou povos nativos que faziam os “pães-de-índio”: massas compactadas produzidas com o processamento de batatas, carás, polpas de frutas, sementes e castanhas disponíveis na floresta. Eles eram utilizados como reserva alimentar em tempos de escassez ou consumidos em viagens, caçadas ou grandes varações (deslocamentos pelos caminhos). Tais comidas eram “acondicionadas em pequenos paneiros [...] e enterradas dentro de suas casas coletivas ou no quintal” e podiam incluir,

⁴⁰ Na “relação do primeiro encontro que tivemos com os índios do sertão do Tibagy” (1771), mencionou-se que eram “índios de nação xuclan”. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 09, 3, 014 – Manuscritos, Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi na capitania de São Paulo, no governo do general D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade. Cf. WEIGERT, Daniele. A encruzilha xaclan: Afonso Botelho e os Kaingang nos sertões do Paraná (século XVIII). *História*, v. 40, p. 1-22, 2021.

⁴¹ É uma estimativa elevada, pois considera o peso do milho atual. Certamente não correspondia ao peso do volume do milho indígena, cujos grãos, talvez quebradiços, parecem menores. Cf. LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S. Nota a respeito de medidas para grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para sua conversão ao sistema métrico. *Boletim de História Demográfica*, v. 8, n. 21, p. 1-5, 2001.

⁴² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 09, 3, 014 – Manuscritos, Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi na capitania de São Paulo, no governo do general D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade. Esse manuscrito foi publicado no periódico dessa instituição. “Notícia da Conquista e Descobrimento dos sertões do Tibagi”. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 76, 1956, p. 30. Foi observada uma providente armazenagem indígena de comida, na rota do rio Amazonas, na década de 1630: “Cavan en la tierra unos silos ó cuevas muy profundas y allí echan la yuca y la tapan muy bien, quando las aguas bañan la isla; y despues que se retiran y se descubre la tierra, la sacan y comen, porque no se ha podrido con la humedad”. “Descubrimiento del Río de las Amazonas y sus dilatadas Provincias”. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira, COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016, p. 283. A relação foi atribuída ao jesuíta Alonso de Rojas.

⁴³ Estabeleceu-se, tradicionalmente, uma homologia entre as artes da caça e da guerra de assalto – acometer de surpresa e supostamente atraí-lo. O significado costumeiro de *tocaia do caçador* é elucidativo: “lugar em que o caçador, escondido, espera a passagem da caça para atirar à traição”. LESSA, Clado Ribeiro de. *Vocabulário de caça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 118. Retomando as próprias experiências, no prefácio de livro sobre caçadas no Brasil, o general Couto de Magalhães salientou a conexão das duas práticas nos territórios fronteiriços: “sem os exercícios masculos da caça, se eu não fora outrora robusto, canseiro e nadador, não teria vencido os paraguayos nem reconquistado, durante dous anos de campanha na guerra do Paraguay, a parte do hoje Estado de Mato-Grosso, que esteve em seu domínio”. SILVA, Henrique. *Caças e caçadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier Livreiro Editor, [1898], p. 6.

⁴⁴ Cf. BECKD, Ítala I. B. Alimentação dos índios Kaiagáng do Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia*, v. 6, p. 106-118, 1991.

no preparo, gêneros de roças como a mandioca ou o milho. Observando-se os registros dessa “padaria subterrânea” nos territórios indígenas, conclui-se que os pães eram “abundantes” e conservados “em lugares estratégicos junto aos varadouros a fim de utilizá-los como reserva alimentar nas caçadas e nos deslocamentos sazonais”.⁴⁵ Para exploradores famintos, esses depósitos indígenas de comida certamente valiam mais do que ouro.

3. Minas dos sertões dos tapuias

Na segunda metade dos Seiscentos, tratou-se de instituir práticas de governo a partir de uma territorialidade da dominação portuguesa que expressasse a articulação econômica, política e religiosa entre as praças costeiras do império atlântico e o interior, como extensão dos poderes político-administrativos e da economia *plantacionista* e escravista. Sob o ponto de vista da segurança e da garantia de uma ordem colonial (efeito da transformação das *fronteiras da colonização*, ou “periferias”, em espaços dinamicamente relacionados a centros econômicos e político-administrativos, nos termos genéricos de Russell-Wood), significava exterminar os inimigos internos e impedir as danosas alianças destes com os inimigos externos – as potências europeias rivais.⁴⁶ Os arbítrios coevos ensinavam a estratégia de forjar outras e novas fronteiras dos poderes coloniais conforme o agenciamento dos moradores que pretendiam granjear terras e riquezas minerárias. Esses agentes promoviam uma (relativa) interiorização da economia colonial, movidos pela perspectiva de lucros ou benefícios advindos da integração às redes de tratos mercantis, especialmente no contexto do apresamento indígena, da criação pastoril e da extração de ouro de lavagem – este último obtido nas camadas superficiais do solo.⁴⁷ Eram atividades que dispuseram planos, ou alvitres, de “política colonial” – exploração e dominação – dos territórios americanos, como os de descobrimentos de metais preciosos no século XVII.⁴⁸ Tanto os conselheiros do rei, na corte, quanto os

⁴⁵ SANTOS, G. M., CANGUSSU, D., FURQUIM, L. P., WATLING, J., NEVES, E. G. Pão-de-índio e massas vegetais: elos entre passado e presente na Amazônia indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, p. 3-6, 2021. Os autores erroneamente indicaram que a fonte da descrição do armazenamento nativo é o relato do dominicano Frei Gaspar de Carvajal, que viveu no século XVI. O autor teria sido Alonso de Rojas, no século XVII.

⁴⁶ RUSSELL-WOOD, Anthony J. R. Centros e periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 187-249, 1998.

⁴⁷ Cf. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602 - 1686*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Editora Nacional; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973, p. 27-43. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Impresores M. Orosco e C., 1907, p. 125-135.

⁴⁸ Percorrendo os sertões por causa da injusta escravização dos “índios forros”, as tropas sertanistas, às vezes, achavam minerais preciosos (recolhendo amostras) e conheciam roteiros de descobrimento de minas. Conforme Frei Vicente do Salvador, no segundo quartel dos Seiscentos, “ainda que de caminho achem mostras ou novas de Minas não as cavam, nem ainda as vem, ou as demarção”. SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. In: OLIVEIRA, Maria Lêda

governantes (governadores, capitães-mores) e os senhores poderosos do Estado do Brasil avaliaram que a mineração duradoura e de escala podia constituir, imediatamente, a territorialidade colonial em conexão com a economia atlântica do escravismo e com a administração política, jurídica, fiscal e militar do soberano – isso seria produzir a “colonização dos colonos”.⁴⁹

As autoridades da Coroa portuguesa, visando à exploração do interior da América portuguesa, estimulou, na segunda metade dos Seiscentos, os planos (ou os relatos de notícias) de descobrimentos de minas constantes desde o século XVI, nos contextos da crise financeira da monarquia bragantina; da acentuada falta de metais amoeáveis; e, em suma, da configuração imperial do Atlântico.⁵⁰ Parecia indiscutível, na visão noticiosa dos agentes coloniais da costa da América portuguesa, que serras e montes dos sertões escondessem veios de prata ou de ouro e pedrarias, sendo, supostamente, um prolongamento a Leste das riquezas do Peru. Evidentemente, as empresas dos descobrimentos de minas dependiam dos recursos econômicos, da experiência e dos saberes dos agentes interessados nas entradas aos sertões, bem como das negociações dos governantes régios que não podiam deixar de favorecer as estratégias e perspectivas de proveito político e econômico dos moradores.

Desde início do século XVII, de acordo com os alvitre de colonização do interior da América portuguesa, considerava-se que a exploração e o aproveitamento das alentadas minas de prata ou de ouro dependiam da conquista dos índios bravos e do povoamento do território. Nos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), o autor – Ambrósio Fernandes Brandão,

(ed.). *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política do Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008, [folha] 9.

⁴⁹ Estratégia superior da Coroa – isto é, a administração direta da governança régia, constituída por conselhos palatinos, governadores, corregedores, prelados – e dos negociantes do reino e das praças coloniais influentes, segundo Alencastro, no quadro imperial atlântico da colonização portuguesa. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11-42.

⁵⁰ A escassez de numerário no Reino de Portugal e nos territórios coloniais agravou-se a partir da Restauração da Monarquia, em 1640. A mobilização de guerra dos espanhóis (1640-1668), em reação à independência de Portugal, interrompeu as conexões com o comércio hispânico, o que resultou numa crise de disponibilidade da prata peruana. Daí, os propósitos governamentais, no reino e nos territórios coloniais (América e África), de entabulamento de minas de prata e de ouro ou a estratégia de mineração de beta, além da solução da retomada das relações mercantis com a América hispânica. A partir de meados dos Seiscentos, ainda, depois da conciliação entre senhores escravizadores da capitania de São Vicente e jesuítas acerca da causa da liberdade indígena e da expulsão dos holandeses que conquistaram Pernambuco e Angola, renovaram-se os planos de extração de metais preciosos. BRÁSIO, Padre António. *Monumenta Missionaria Africana*. África Ocidental (1656-1665). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. v. 12, p. 7. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, FUNDAP, 2012, p. 327-349. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602 - 1686*. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto. São Paulo: Editora Nacional; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 310-320. LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. A lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 9, n. 2, p. 385-410, 2005. TAUNAY, Afonso de E. *História seiscentista da Vila de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1928, t. 3, p. 147-215.

morador da capitania da Paraíba, agente de negócios, militar e senhor de engenho com experiência de entradas aos sertões – concluiu que as tais minas não redundavam em extração lucrativa – com “fábrica de escravos e mais cousas para o efeito necessárias” –, por

haver-se começado a lavar por onde se houveram de acabar, porque o primeiro que se devia fazer, antes de se bolir nelas, depois de estarem certos que eram de proveito, houvera de ser plantarem-se muitos mantimentos ao redor do sítio donde estão, e como os houvesse em abundância, tratar-se da lavoura das minas; mas isto se fez pelo contrário, porque, sem terem mantimentos, [os exploradores] entenderam em tirar o ouro, e como as minas estão muito pelo sertão, os que vão levam de carreto o mantimento necessário e, como se lhes acaba, tornam-se e deixam a lavoura [das minas] que tinham começada.⁵¹

A conclusão do alvitre parece simples: sem roças no território invadido e trilhado não se conseguiria efetivar a conquista instituindo um povoamento que fosse o suporte da extração duradoura de minerais preciosos. A mobilidade da tropa militar, na condição de guerra ofensiva ou defensiva, que impunha árduo transporte de mantimentos e armamentos nas jornadas de sertões *adentro*, não permitia prolongar a estada nos descobertos considerados estéreis (serranos), onde seria necessário, durante um período de tempo mais extenso, defender-se dos assaltos dos indígenas inimigos, socavar ou abrir catas e avaliar a qualidade das amostras (ou *ensaiar* a prata e o ouro). A partir da territorialidade de conquista e do avanço da colonização, havendo segurança (inclusive para a tributação), moradia e alimentação de baixo custo para trabalhadores, podia-se conceber a “fábrica de escravos” da mineração nas montanhas do interior, ou seja, uma economia produtiva para os senhores e a Coroa.

As chamadas “Províncias de Itatim”, situadas em zona de confronto com a soberania espanhola, corresponderiam, segundo frei Gregório Tavares – que afirmou, em 1643, ter explorado minas de prata no território –, à estratégia de povoamento impulsionada pela mineração, provavelmente inspirada no modelo minerário de Potosí. Descrevendo as províncias, o explorador dispôs um plano de invenção de minas que seguramente remete a alvitres compartilhados com moradores poderosos e autoridades coloniais. No trajeto do território, ao Sul da América portuguesa, conforme o experiente frade, os exploradores “acharam” minas de chumbo, cobre, prata e ouro que pareciam “ser de muita riqueza”. Os

⁵¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 2. edição. Recife: Imprensa Universitária, 1966, p. 37. A crítica nesse caso parece dirigir-se à extração do ouro de lavagem conservado nos depósitos aluviais, os quais, sendo superficiais, manifestavam escassamente as jazidas ricas do subsolo – a mina. O autor imaginou, assim, que a extração do ouro de aluvião significava uma lavra incompleta, irrealizada. Daí, a conclusão de que o abandono das lavras resultasse de uma necessidade imperiosa (a fome), sem considerar que, para os paulistas e indígenas, tratava-se de uma exploração de baixo custo, oportuna e temporária. Cf. PÉREZ, José Manuel S. *O diálogo das grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão (1618): novos achados sobre os apógrafos da obra e o autor a partir da primeira edição em espanhol. In: RODRIGUES-MOURA, Enrique (org.). *Letras na América Portuguesa*. Bamberg: University of Bamberg Press, 2021, p. 55-86.

numerosos índios de Itatim eram “muito covardes e desejosos” de conversão ao catolicismo, buscando o batismo e dispondo-se à redução civil-religiosa de aldeamentos e à sujeição aos missionários jesuítas. Sendo relativamente próximas da “cidade de São Paulo” e mais distantes das povoações castelhanas, as províncias atraíam os experimentados cabos de tropas militares paulistas e mobilizavam seus parentes, que partilhavam os lucros da conquista. Os metais, como o cobre e notadamente a prata, podiam ser extraídos a baixo custo – “que dizem os índios cortaram a prata com enxadas” –, concentrando-se em serras adjacentes. Na serra da prata, vertia-se água que “se pode represar com pouco custo, com que se farão engenhos para moer os metais e moendas para nossos bastimentos [abastecimentos], e há pedras para poder fazer as que são necessárias para os moinhos, e trapiches, à falta de engenhos”. A terra era fértil, muito “frutífera” e, ainda, apta ao pastoreio. Confiante, o religioso salientou que, “cultivando-se a terra por seu bom temperamento, produzirá o que se lhe semear em abundância, com que se possa passar a vida humana”.⁵² Portanto, os cultivos de gêneros alimentícios, a criação de gado, o povoamento e as minas constituiriam o eixo da espacialidade colonial desse interior.

As entradas sertanistas com alegações de descobrimentos, nas primeiras décadas do século XVII, não previam, no entanto, ocupações de extração minerária nem a alimentação regular e duradoura de trabalhadores. Visavam à exploração do território – e ao seu corolário de guerra, escravização e extermínio dos índios indômitos ou tapuias –, sem estratégia de montagem de fábricas minerárias. Subentendiam corpos militares que integravam algumas dezenas de homens brancos e mestiços e, principalmente, centenas de indígenas guerreiros e carregadores de armas e alimentos. Em 1724, o rei da Espanha autorizou um morador da cidade da Bahia, Francisco Dias de Ávila, “a descobrir o segredo de algumas minas de prata, ouro, pedras, e mais minerais”, mas, supondo a costumeira dissimulação da escravização do gentio nessas expedições, salientou que Ávila devia fazer a entrada no sertão “sem guerra alguma” e que iria “ao dito descobrimento só com sua pessoa e alguns índios em sua companhia só para lhe levarem o mantimento para jornada”.⁵³

Na América portuguesa, ainda que houvesse clima ameno, matas frutíferas, campos férteis, águas puras e tesouros minerais, de acordo com o jesuíta Simão de Vasconcelos, no

⁵² Arquivo Histórico Ultramarino, Consultas do Serviço Real, códice 30, f. 292v-293v, Sobre o memorial que deu o padre frei Gregório Tavares religioso da ordem da hospitalidade de São João de Deus, acerca das minas de prata, ouro e outros metais que há no distrito da Capitania de São Paulo do Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1643. Cortesão publicou esse documento. Cf. CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, FUNDAP, 2012, p. 433-435.

⁵³ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, cx. 3, doc. 313, Alvará para Francisco Dias de Ávila [...], 21 de abril de 1624.

livro *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil*, publicado na década de 1660, os tapuias selvagens que habitavam os sertões e as serranias do interior – do Maranhão até a da Lagoa do Patos e rio da Prata, no Sul – representavam um obstáculo poderoso às entradas de descobrimento, tornando-se um pretexto para se proporem guerras.⁵⁴ Caso notável foi o da “nação aimoré”, “a mais brutal e desumana de todo o Brasil”, que pode ser visto na *Crônica* de Simão de Vasconcelos.⁵⁵ Esses indivíduos seriam descendentes de “tapuias antigos” da costa, mas, devido às guerras entre eles, “certos bandos menos poderosos” desses indígenas refugiaram-se no “interior do sertão”, em “lugares frágios e montanhas estéreis, onde não pudessem ser achados”. Hábeis flecheiros, não viviam em casas, ou aldeias; eram nômades: “pelos matos e campos andam, à maneira de feras” e “não tratam de roças, nem semeados: sustentam-se de frutas agrestes, e caças de feras, e aves”. Canibais, a carne de gente era o seu “mais saboroso pasto”. Os aimorés eram também traiçoeiros, nunca acometendo o inimigo “em descoberto”, e ainda desleais, sem senso de família ou comunidade.⁵⁶ Segundo o jesuíta, a convivência política e civil desses índios – cujos “sentidos exteriores” eram “toscos, e grosseiros naqueles que vivem em os montes separados do trato, e polícia da gente” – com os missionários, exploradores e moradores, assim como a sua sujeição à religião e à Coroa, efeitos das estratégias cristãs de colonização, podiam afastá-los do gentilismo e da ferocidade costumeiras.⁵⁷ Nesse sentido, a posse proveitosa dos recursos naturais desses territórios, manifestando a providência divina, seria a consequência da economia do povoamento, e a guerra de conquista ou de punição se realizaria apenas como tática.

Todavia, a conexão entre, de lado, entradas dos sertões e, de outro lado, mobilização de guerra parecia demasiadamente estreita para garantir habilidades e discernimentos táticos nos planos governamentais de descobrimentos de prata, de ouro ou de pedras

⁵⁴ O livro *Notícias curiosas e necessárias das coisas do Brasil* (dedicado ao rico capitão e senhor de engenho baiano, Francisco Gil de Araújo), de autoria de Simão de Vasconcelos, foi publicado em 1668, mas fora antes editado, em 1663, com o título de *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil*, como parte introdutória da obra *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do mesmo autor. VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Tomo 1. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663. VASCONCELOS, Simão de. *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1668. Cf. SANTOS, Zulmira Coelho dos. Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcelos, S. J.. In: José Adriano de Freitas Carvalho (org.). *Quando os frades faziam História: de Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001, p. 145-178.

⁵⁵ A lei régia de 1570, embora decretasse a liberdade dos gentios, justificou o cativeiro dos índios canibais e hostis aos colonos portugueses, mencionando os temidos aimorés. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. Tradução do Pe. Jesús Hortal. São Paulo: Editora Loyola, 1981, p. 104-105.

⁵⁶ VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*. Tomo 1. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, p. 241-242.

⁵⁷ Cf. VASCONCELOS, Simão de. *Noticias curiosas, e necessarias das cousas do Brasil*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1668, p. 171-172.

preciosas no *interior do sertão* dominado pelos tapuias. Convencionalmente, esses planos (ou forma de regimento) dispunham que as tropas sertanistas partissem das povoações costeiras, praças mercantis ou entrepostos do Atlântico já abastecidos de gêneros alimentícios. Presumiam a esterilidade das terras minerais, principalmente no âmbito de sertões bravios – ou seja, definidos por memórias e experiências de fomes, doenças e confronto de feras –, e, muitas vezes, a belicosidade dos tapuias ou de negros aquilombados que resistiam às conquistas dos seus territórios.⁵⁸ As autoridades régias que patrocinaram as expedições de descobrimentos de minas negociaram o fornecimento de comestíveis com as câmaras e os moradores mais poderosos. Tais obrigações tinham um custo político e aumentavam as insatisfações costumeiras dos povos com a tributação. Agostinho Barbalho Bezerra, governador do Rio de Janeiro, administrador das minas e “governador da gente de guerra” da jornada de descobrimentos nas capitanias de São Vicente e do Espírito Santo, pretendendo descobrir e beneficiar as minas de esmeraldas do sertão dessa última, agenciou o auxílio das câmaras e dos ricos senhores das capitanias do Sul do Estado do Brasil, entre 1665 e 1666. Procurou recolher mantimentos de “sustento do sertão” – feijão, farinha de trigo, farinha de guerra e carne de porco – e “os mimos que puder de frutas secas para os amigos”.⁵⁹ Um sertanista e conquistador, o capitão Fernão Dias, ofereceu ao governador “42 arrobas de carne de porco [616,94 quilos], 80 alqueires de feijão [estimativa de 2.418 quilos] e duas cargas de biscoito”.⁶⁰

Esse capitão de ordenanças, Fernão Dias Paes, poderoso senhor de terras e de escravos da vila de São Paulo, pretendeu “ir ao mesmo descobrimento” – à “serra das esmeraldas” (Figura 1, abaixo)⁶¹ – que havia sido anteriormente buscado pelo governador do Rio de Janeiro, Agostinho Barbalho, que falecera em 1669. Teria, então, vendido “fazendas, ouro, prata, e joias de sua casa que importavam passante de doze mil cruzados”. O governador-geral da Bahia concedeu ao capitão paulista a patente de “governador de

⁵⁸ A respeito das representações detratoras dos sertões brasílicos, mais costumeiras entre as elites das praças coloniais e os agentes da soberania régia, cf. AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

⁵⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 6, doc. 1058, carta patente pela qual se faz mercê a Agostinho Barbalho Bezerra [...], 19 de maio de 1664. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, São Paulo, Alfredo Mendes Gouveia, cx. 1, doc. 25, consulta do Conselho Ultramarino, sobre a carta do licenciado Clemente Martins de Matos para o Príncipe Regente D. Pedro [...], 28 de janeiro de 1668.

⁶⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2442, doc. 2443, Carta de Agostinho Barbalho Bezerra para Fernão Dias Paes [...], 12 de dezembro de 1665, Declaração de Clemente Martins de Matos acerca dos gêneros que Fernão Dias Paes oferecera generosamente para a viagem do Governador Agostinho Barbalho Bezerra, 20 de outubro de 1666.

⁶¹ Acerca das condições de produção do mapa seiscentista (original) do jesuíta Jacobo Cocleo (1628-1710) e dos registros de acontecimentos posteriores na cópia (descobrimientos do ouro das Minas Gerais, por exemplo), cf. SILVA, Valquiria Ferreira da. *Extraído do original: arte, ciência e técnica nos mapas da América portuguesa do Padre Cocleo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

toda gente de guerra que levasse ao sertão, ao descobrimento das minas”.⁶² Em julho de 1674, de acordo com o relato comprovado do seu filho, Garcia Rodrigues Paes, o governador da tropa iniciou sua jornada, mas preveniu-se “mandando preparar mantimentos em feitorias por diferentes partes, tudo à custa de sua fazenda, em que dispendeu quanto possuía no decurso de sete anos que andou neste descobrimento”. Procurando, sem dúvida, compor a memória do pai com a imagem do vassalo fiel ao governo da Coroa portuguesa e às disposições da lei, Garcia afirmou (e testemunhou) que, durante esses anos, os comandados, amigos e aliados, “homens brancos” – ou outros paulistas –, desertaram porque o governador impedira o cativoiro dos nativos ou gentios. Fernão quis “somente consentir que os reduzissem à obediência” do governo régio, “para o ajudarem àquele descobrimento, pagando-lhes seu trabalho”.⁶³ Depois do falecimento do pai e de “quase todos os índios” devido às febres, o jovem Garcia entregou uma parte das amostras de pedras coletadas ao administrador das minas, Dom Rodrigo de Castelo Branco, que o rei nomeara. Ademais, cedeu ao administrador as “feitorias com os mantimentos, e criações que o dito seu pai havia fabricado para com mais facilidade fazer o exame da prata na serra de *Sarababassú*”.⁶⁴

⁶² Em carta do príncipe regente endereçada a Fernão Dias, em 1674, mencionou-se que esse conquistador iria “ao descobrimento das minas do sertão de São Paulo”. Apontaram-se, assim, a contiguidade e a privilegiada rota de entrada por meio do território paulista. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2446, [carta régia dirigida a Fernão Dias Paes].

⁶³ Mesmo a lei régia de 10 de setembro de 1611, favorável aos propósitos dos senhores e dos sertanistas apesadores, determinava o pagamento do trabalho dos indígenas integrados às atividades econômicas, fazendo-os passar por jornaleiros. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. Tradução do Pe. Jesús Hortal. São Paulo: Editora Loyola, 1981, p. 156.

⁶⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2434, Requerimento do capitão-mor Garcia Rodrigues Paes [...], 1700. Cf. TAUNAY, Afonso de E. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. A grafia comum, atualizada, do nome da serra de prata é *Sabarabuçu*.

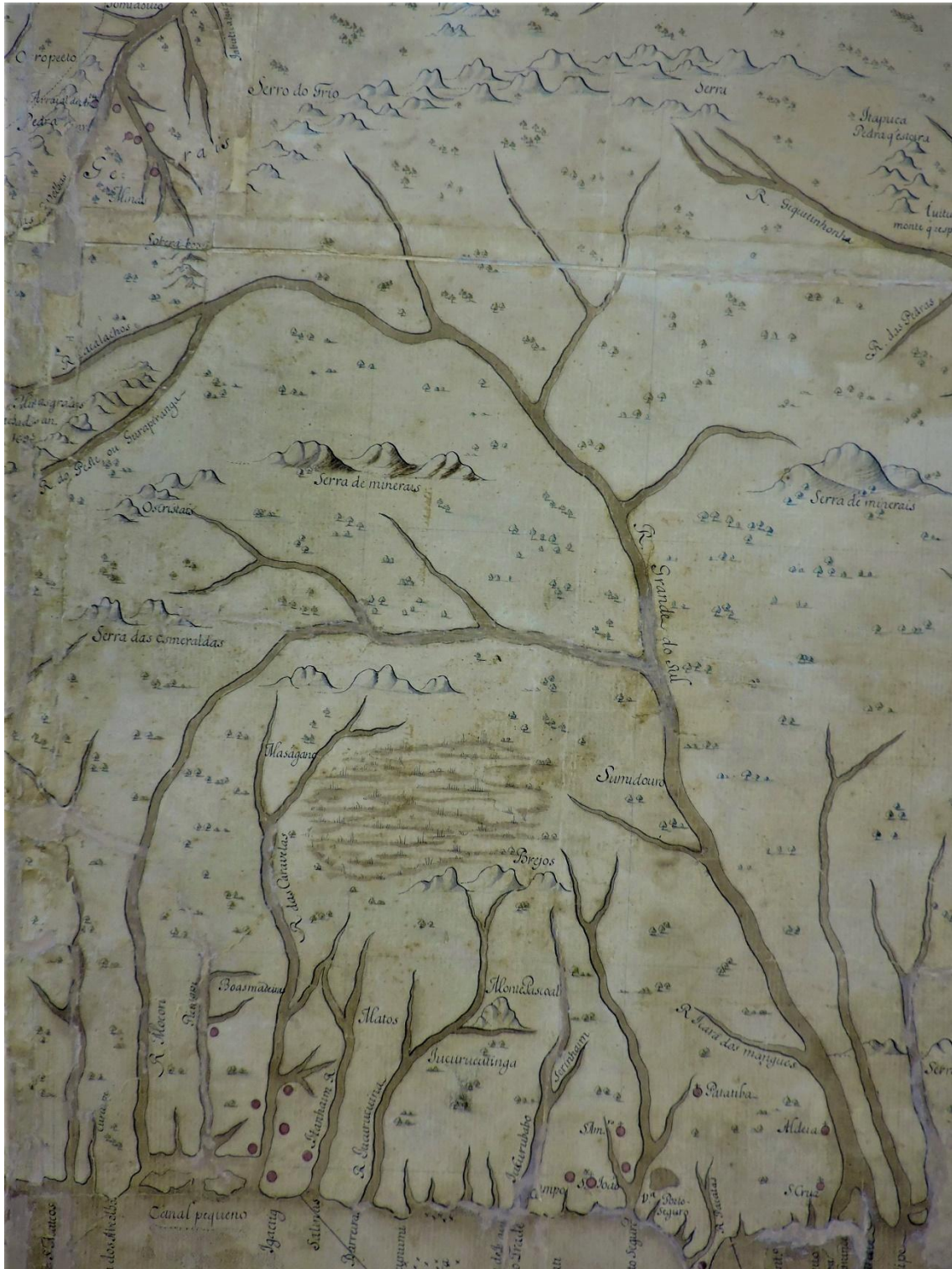



Figura 1: Arquivo Histórico do Exército, “Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil. Extraído do original do Pe. Cocleo” [Jacobus Cocleo], [década de 1690]. No detalhe, duas serras “de minerais” e a “serra das esmeraldas”, grosso modo, na latitude do rio Mucuri, que se junta ao rio “Grande do Sul” [rio Araçuaí?], o qual, por sua vez, deságua no Atlântico, supostamente entre as bacias do rio Jequitinhonha (ou rio Grande) e do rio Doce. Soberabosu (Sabarabuçu), imaginada serra da prata e representada com três montanhas, no alto e à esquerda (a Oeste), aparece na mesma latitude da serra das esmeraldas e fronteiro ao “R. da Peste ou Gurapiranga” (Gurapiranga)”. 

Os tapuias ocupantes daqueles sertões – o “reino dos pataxós”, de acordo com a indicação do conquistador Fernão Dias na sua carta dirigida ao governador-geral da Bahia, Afonso Furtado de Mendonça⁶⁵ –, que eram considerados nômades ferozes adaptados à rudeza estéril das serras (ou do planalto), não plantavam e nem viviam em aldeia. Tais práticas culturais e a hostilidade dos nativos possivelmente determinaram (ou foram decisivas para) esse outro plano de descobrimento das serras de esmeraldas e da prata.⁶⁶ Tudo indica que o governador-geral, Afonso Furtado, e o governador paulista das tropas pretenderam, para o êxito desses descobrimentos, ensaiar uma territorialidade colonial, com a dominação política e religiosa dos nativos e o povoamento de conversos, súditos e trabalhadores.⁶⁷ Também seguramente avaliaram a redução dos custos da jornada e os ganhos legítimos dos seus agentes, provenientes do apresamento e do tráfico de indígenas resistentes ou contrários. Assim, sabendo, por intermédio das experiências de tradição, que os tapuias eram obstáculos quase insuperáveis para as trajetórias que começavam no litoral atlântico e seguiam os cursos dos grandes rios, os agentes dessa empresa das esmeraldas, que saíram do planalto da vila de São Paulo, entraram nos sertões interiores por uma *porta* a Oeste. Afinal, tratava-se de diminuir os riscos à sobrevivência dos agentes e os custos de expedições fracassadas ou que não efetuaram verdadeiros descobrimentos. Essas saíram dos povoados litorâneos das capitanias do Espírito Santo ou de Porto Seguro e, assim, viram-se obrigadas a rumar diretamente, e com alguma celeridade, para os territórios de trilhas dos temíveis tapuias que costumavam descer para a costa fértil. Os confrontos com os inimigos e as demoras inesperadas da jornada geravam situações de penúria e forçavam debandadas da gente de guerra dependente das próprias carregações. O autor de um alvitre da década de 1690, observando que os tapuias ocupavam um espaço de sertão entre 50 e 100 léguas da costa (entre 330 e 660 quilômetros), desde o Maranhão

⁶⁵ O “Reino dos *Patâchos*, parte aonde descobriu as esmeraldas”, de acordo com o depoente. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2464, [atestado do apontador das minas, Francisco João da Cunha]. O povo pataxó integra o tronco linguístico Macro-Jê (cujas línguas e culturas identificavam os tapuias), cujo território abrangia os limites interiores das capitanias do Espírito Santo e de Porto Seguro, entre o rio São Mateus e o rio Jequitinhonha. Cf. URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992, p. 90.

⁶⁶ As práticas da legislação régia e das missões religiosas apreendiam diferenças imaginadas entre povos indígenas tapuias e tupis, sendo esses os aliados prioritários dos portugueses, no “bojo de um projeto colonial conduzido por uma política imperial”, cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 49-87.

⁶⁷ Concluiu-se que as guerras ofensivas e a violenta escravização do gentio despovoavam as fronteiras do território sujeito à soberania régia e exigiam esforços militares dispendiosos para os vassalos e a fazenda real. Era a perspectiva consensual dos membros do Conselho Ultramarino (entre os quais, Salvador de Sá e Benevides, que fora Administrador das Minas e governador da Repartição do Sul) e de Afonso Furtado. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 252, sobre o que escreve o mestre de campo general acerca de não dar à execução a ordem pela qual se lhe ordenava fizesse guerra ao gentio do Brasil [...], 2 de dezembro de 1679, f. 56v-57v.

até “a altura do Espírito Santo”, comparou a “nação dos tapuias” a “um muro, com que o demônio impede a entrada dos pregadores evangélicos ao interior do sertão, em que as mais gentes da América, e quietos vivem aldeados, em seus territórios, de suas sementes e lavouras”. O alvitre sugere, portanto, que as entradas que se desviassem (nas capitanias do Sul e na capitania do Grão-Pará) do imenso e largo muro tapuia para alcançar os sertões ocidentais ou que buscassem uma espécie de porta ou caminhos de aliados encontrariam outros grupos de ameríndios – de origem tupi –, mansos, aptos à cristianização e virtuais aliados dos moradores coloniais.⁶⁸

A constante guerra da invasão dos descobrimentos, durante sete anos, não podia se reduzir a assaltos e emboscadas de ações militares ligeiras. A entrada de Fernão Dias e dos seus parentes e amigos paulistas, que conceberam fronteiras territoriais derivadas de uma mineração duradoura e dos cultivos, criou arraiais e postos militares de abastecimento no âmbito do território de exploração. Esse foi o caso do Arraial do Sumidouro (com roça de milho, feijão, mandioca e criação de porcos); do quartel do comandante, no “distrito” de Sabarabussú; e do arraial da Serra de Tucambira (onde foram guardadas ferramentas de escavação e mantidos celeiro de mantimentos, roça de milho e criação de aves e porcos), no caminho da Serra das Esmeraldas.⁶⁹ Na entrada, as tropas ainda mantiveram estâncias (paragens vigiadas de roça) que, situadas no trajeto da rota instituída, garantiam o sustento principal e regular dos invasores.⁷⁰ Foi imprescindível, então, fazer sementeiras nos campos ou matas (cuja fertilidade maravilhosa foi salientada por Simão de Vasconcelos quando descreveu as terras dos roteiros dos séculos XVI e XVII), que ladeavam, grosso modo, os territórios ocupados por tapuias do interior (ou montanheses), o tal gentio bárbaro que, supunha-se, não estava acostumado às alianças e às trocas (ou

⁶⁸ Biblioteca da Ajuda, 54-XIII-16(162), Discurso sobre os Tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra [...], [d. 1691].

⁶⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2453, carta de Fernão Dias Paes [...], 27 de março de 1681; doc. 2461, [atestado de D. Rodrigo de Castello Branco]. Orville Derby afirma que a entrada de Fernão Dias visou percorrer um antigo caminho do aliado tupiniquim, na bacia do Jequitinhonha. DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5, p. 245, 1899-1900.

⁷⁰ Os oficiais da câmara da vila de Taubaté, em 1681, destacaram que Fernão Dias “tratou de fabricar várias estâncias [naqueles sertões], onde se esmerou com notável empenho em três feitorias, a saber: a primeira no Sumidouro, distrito do Sabarabossú, de onde ordenou [...] a seu parente, o capitão Bartolomeu da Cunha Gago, fabricasse também plantas na paragem [ao Sul, certamente] chamada dos quatagoa [cataguá], para bem e socorro do mesmo mister, [...] servindo-lhe de notável utilidade para os correios; a segunda em Tucambira e a terceira em Ytameridiba [Itamarandiba], de onde ultimamente achou os serros, os quais enriqueceu de criações e mantimentos para com eles explorar todas aquelas brenhas e serranias”. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2459, [atestado da câmara da vila de S. Francisco de Taubaté]. A Serra da Tucambira e o rio Itamarandiba (afluente do rio Araçuá, onde houve um arraial denominado “Paes”) balizaram a rota da entrada de Fernão Dias no sentido Oeste-Leste, na direção da serra das esmeraldas tradicionalmente situada na latitude da capitania do Espírito Santo. Ver Coleção Cartográfica e Iconográfica do Arquivo Histórico Ultramarino, Cartografia Manuscrita, 011, D. 1174, [Carta da Capitania de Minas Gerais entre a Serra Tucambira, Rio Jequitinhonha e o seu afluente Araçuá], autoria de Diogo Soares, ca. 1736.

resgates).⁷¹ Outrossim, nesses *países* de inimigos, considerando que não se esperava encontrar estoques indígenas de alimentos, a prática sertanista do saqueio não se apresentava viável. Dessa forma, a gente de guerra estava obrigada à manutenção das roças de abastecimento.

Todavia, o manejo da legitimidade da escravização e do tráfico de prisioneiros (que previa a condução forçada dos agrupamentos de gentio para os povoados costeiros, os descimentos) favorecia, ao mesmo tempo, a disseminação de doenças, o que causou a exterminação dos nativos do território minerário e prejudicou a estratégia de conservação *in loco* desses trabalhadores neófitos e da sua pressuposta sujeição a aldeamentos/administrações particulares de cristãos.⁷²

Pode-se concluir, nesse caso, que os descobrimentos de minas, ao contrário das disposições das entradas de apresamento indígena, integravam-se a planos mais arrojados de conquista e domínio do território, pretendendo, mais do que estender a rota de exploração costumeira dos sertanistas paulistas, converter os descobrimentos da serra de prata (em *Sabarabuçu*) e das esmeraldas em minas de extração proveitosa, lucrativa. Apesar da escravização dos indígenas daqueles sertões, o governador parecia entender – à semelhança do alvitre do frei Gregório Tavares – que seria preciso conservá-los no território para os trabalhos das minas, das plantações e da criação pastoril.

Garcia Rodrigues Paes, após a difusão, no fim da década de 1690, de novos descobrimentos auríferos – “minas” de ouro localizadas, conforme o suposto descobridor, nos “campos gerais de Sabarabassú” e no roteiro da Serra das Esmeraldas –, lembrou que propusera, na corte portuguesa, retomar os descobrimentos do pai. Com efeito, realizou nova entrada para restaurar as plantações e feitorias estabelecidas pelo progenitor, apesar

⁷¹ Essas negociações entre os brancos e os indígenas dos sertões estavam inscritas na legislação quinhentista e seiscentista de legitimidade do cativo do gentio – caso da influente lei régia de 10 de setembro de 1611. Cf. THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. Tradução do Pe. Jesús Hortal. São Paulo: Editora Loyola, 1981, p. 153-154.

⁷² Os religiosos oratorianos da capitania de Pernambuco pretendiam que os seus aldeamentos, nos sertões, convertessem-se em povoados de vassallos cristãos (e administrados por párocos). Em petição destinada ao soberano (decênio de 1670), o prepósito da congregação do oratório de Santo Amaro de Pernambuco e outros padres da mesma congregação lembraram que, “desde o rio Grande até o de São Francisco”, os missionários “granjeiam [para Deus e a Coroa] com a cultura da fé também aqueles vassallos [indígenas], que reduzem, pois os aldeiam, e fazem suas povoações, que disto redundam em conveniência daquela conquista”, sem dispêndio da fazenda real. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Pernambuco, cx. 12, doc. 1156, consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre uma consulta da Junta das Missões [...], 23 de novembro de 1679. Os frades capuchos, especialmente, procuraram conservar aldeamentos das missões no interior (rio São Francisco). Cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 72. Por outro lado, os jesuítas, agentes destacados da missão portuguesa, propugnaram os usuais descimentos – a transferência de gentios “para os lugares mais vizinhos do mar, aonde possam viver com mais sujeição, e ser de mais utilidade ao serviço da república, e de defesa do Estado”. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, cx. 24, doc. 2909, consulta do Conselho Ultramarino sobre o que pede o provincial da Companhia de Jesus no Brasil, acerca dos índios tapuias [...], 20 de março de 1676.

dos perigos do “gentio bárbaro” (tapuias, seguramente) e da doença das febres. Em seguida, depois de garantir o abastecimento das roças do território, voltou ao distrito com funções de “capitão-mor, administrador da entrada e descobrimento das ditas minas”. Essa segunda entrada, de acordo com o peticionário, era empresa de dispêndio considerável que sua fazenda fizera “em mantimentos, carnes e farinhas, comprando muitos cavalos para a carruagem, levando homens, escravos e índios de seu serviço, com capelão para a tropa”, cuja “entrada gastou cinco para seis anos”. Durante esse período, com caminhos mais trilhados ou adequados à cavalgadura (pois seu havia providenciado “estrada [aberta] à enxada [...] para andar a cavalo”)⁷³, afirmou que explorara detidamente a serra, “cavando até o centro”. Por fim, “as pessoas da sua “companhia e o capelão” foram se retirando, “fugindo da peste”.⁷⁴ No entanto, habilmente preservando um serviço ao Estado no descobrimento fracassado, Garcia supôs que não foram inúteis a detida exploração e o ensaio de povoado, porque o sertão tornou-se “franco de sorte que ao presente estão indo por ele ao ouro sem risco algum”.⁷⁵

Conclusão

O plano de abastecimento das tropas com os mantimentos costumeiros, durante as jornadas de exploração do território interior e fronteiriço, incidia forçosamente sobre o percurso, a duração, os modos de operar e os objetivos das entradas aos sertões do Estado do Brasil, entre os séculos XVI e XVIII. Os rumos obrigatórios dos exploradores eram as *terras de comida* nas fronteiras e na trama de caminhos, por meio de táticas de subsistência que permitiam avanços bem além das vizinhanças dos povoados costeiros.

As imposições da subsistência e da segurança das tropas de guerra regiam, com efeito, os trajetos das entradas de apresamento dos indígenas bravos, os gentios, determinando os lucros que se obteriam com as armações (juntando munições de guerra e de boca e mercadorias de resgate) agenciadas nos povoados. As ofensivas ligeiras e de

⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2459, [atestado da câmara da vila de S. Francisco de Taubaté].

⁷⁴ As autoridades eclesiásticas, missionários e letrados, na Nova Espanha, presumiram que os ameríndios, mais do que os brancos e os escravos africanos, seriam vulneráveis às enfermidades devido à sua complexão fraca e ao temperamento fleumático, sobretudo sob a intensa e cobiçosa exploração colonial. VARELLA, Alexandre C. A peste (da servidão) no índio fraco. O colapso demográfico do México em pareceres médico-filosóficos de facções clericais (século XVI). *Revista de História*, n. 181, 2022, p. 1-39. Na América portuguesa, sendo a terra costeira “melancólica”, haveria compreensões análogas sobre a natureza dos índios. Cf. “Informação da província do Brasil para nosso padre – 1585”. In: ANCHIETA, Padre José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 425.

⁷⁵ Na sua petição dirigida ao rei, Garcia ainda alegou que o seu “intento” fora amplo: “abrir e facilitar os mais caminhos para a comunicação de São Paulo, Bahia, sertões de Buenos Aires e mais capitânias do Estado”. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2434, Requerimento do capitão-mor Garcia Rodrigues Paes [...], 1700.

surpresa das guerrilhas brasílicas, contudo, não favoreciam as plantações no âmbito da campanha.

Por outro lado, as estratégias da economia pastoril e dos descobrimentos de minas (sob efeito do povoamento de trabalhadores e da soldadesca dos corpos militares de ocupação), pressupunham a constituição de arraiais de abastecimento agrário e uma rede mercantil de gêneros da terra nos territórios interiores. Ao mesmo tempo, essas fronteiras da colonização, submetidas à escravidão e ao violento extermínio dos inimigos internos – tapuias e africanos amocambados ou quilombolas –, manifestavam os impulsos da redução indígena dos aldeamentos missionários e da pastoral de concórdia dos assentamentos paroquiais.

Os cultivos de gêneros de alimentos, nos caminhos da rota e no âmbito do território minerário, compuseram a estratégia de descobrimento das minas dos planaltos da América portuguesa. O milho, principalmente, serviu tanto de mantimento quanto de guloseima para os exploradores e moradores dos arraiais fronteiriços das minas do Sul, nos Setecentos. Conforme um observador das minas de Cuiabá, em 1727, os milhos eram o “único remédio, e regalo destas Minas; porque dele se faz a farinha, que supre o pão, a canjica fina para os brancos, a grossa para os negros, os cuscuz, arroz, bolos, biscoito, pasteis de carne, e peixe, pipocas, catimpoeira [catimpuera], alojá [aluá], angu, farinha de cachorro [...]”.⁷⁶

Se não houvesse o abastecimento regular de mantimentos, os agentes das entradas não permaneceriam nas catas tempo suficiente para realizar a coleta e o ensaio dos minerais, tampouco para estimar a escala de *exploração*. A Coroa portuguesa, agenciando os descobrimentos de prata, esmeraldas e ouro, requeria que essas estimativas fossem comprovadas com relatos informados, ensaios atestados e amostras. Compreendia-se, no século XVII, porém, que a fábrica escravista de mineração decorresse principalmente da produção e do comércio de gêneros impulsionados por um povoamento de senhores, escravizados e indígenas cristãos. Então, tratava-se de estabelecer uma territorialidade nos moldes coloniais e as fronteiras de dominação da América portuguesa, consolidando a interdependência mercantil entre os sertões de dentro, o interior de povoamento difuso e a costa portuária.

Apesar dos fracassos dos descobrimentos de esmeraldas e de prata, o capitão-mor Garcia Rodrigues, instruído por esses alvitres, concluiu que ele e os seus familiares estavam na origem dos descobrimentos, nos decênios de 1690 e 1700, das *minas do ouro*

⁷⁶ “Noticia Sexta Practica [...]”. In: SOUZA, Jean Gomes de. *As notícias correm: estudo da trajetória histórica e edição das Notícias Practicas das Minas do Cuyabá, e Guyazes Na capitania de São Paulo (séculos XVIII-XXI)*. São Paulo: FFLCH - USP, 2021, p. 315-316.

espalhadas entre o distrito de Sabarabuçu e a Serra de Tucambira (onde fundaram arraiais), porque protagonizaram a conquista do gentio e o povoamento desse território “que hoje chamam minas dos *cathaguás*”.⁷⁷ Para o conquistador, seria a mesma fronteira das entradas de descobrimentos paternos e próprios, desde a década de 1670. Associando-se efetivamente à promissora mineração aurífera, procurou, assim, justificar sua pretensão de principal descobridor, apresentando o franqueamento do sertão às economias agropastoril e minerária como parte do projeto de colonização do Estado em sua dimensão imperial⁷⁸.

Recebido em 20 de dezembro de 2024.

Aceito em 20 de junho de 2025.

⁷⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Rio de Janeiro, Eduardo de Castro e Almeida, cx. 13, doc. 2434, Requerimento do capitão-mor Garcia Rodrigues Paes [...], 1700. Esses cataguás, outro gentio tapuia, segundo o jesuíta Fernão Cardim no final do século XVI, viviam provavelmente nas matas interiores, entre as capitanias do Espírito Santo e de Porto Seguro. CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 205. Pode-se supor, porém, que o território desse povo fosse mais ao Sul, no final do século XVII, incluindo os campos gerais (da serra da Boa Vista e bacia do rio Grande às vizinhanças das planuras do caminho dos currais). Cf. DERBY, Orville. Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 5, 1899-1900, p. 268-269.

⁷⁸ A respeito da interdependência entre os espaços econômicos das atividades agrárias e da mineração do ouro no território das Minas dos Setecentos (capitania de Minas Gerais), cf. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2024.